

GENOCÍDIO: Vaticano e governo italiano protegem ruandense

Continuação da 1ª página

ARAUJO NETTO
Correspondente

ROMA – Nos últimos 30 dias, desde que a procuradora do Tribunal Penal Internacional para Ruanda, a suíça Carla del Ponte, criticou abertamente o governo italiano, que se recusa a entregar o padre Sumba Bura para ser julgado por genocídio, o sacerdote ruandense nunca mais foi visto pelos fiéis da igreja florentina.

Os crimes atribuídos a dom Sumba Bura são ter ajudado milicianos da etnia hutu a matar no mínimo duas mil pessoas da etnia tutsi na paróquia de Nyange, em Ruanda; ter atirado em refugiados que tentavam fugir de casas e edifícios eclesiais; ter tomado a iniciativa de alugar e pagar tratores para demolir a igreja e esmagar todas as pessoas que nela se escondiam; ter entregado a assassinos profissionais diversos sobreviventes, muitos dos quais foram mortos em sua presença.

Revoltada com a falta de colaboração de Roma, a procuradora Del Ponte – a mesma que obteve a extradição do ex-ditador iugoslavo Slobodan Milosevic para Haia – acusa as autoridades italianas de insistirem em não autorizar “a prisão de um homem acusado de crimes inqualificáveis”, praticados entre abril e julho de 1994. Crimes que provocaram a fuga de um milhão 700 mil pessoas e a prisão de 130 mil.

Mandado – A procuradora insiste em obter a prisão e extradição de dom Atanasio Sumba Bura, conforme tem dito aos jornais italianos: “Espero mesmo que a Itália se decida a enfrentar suas responsabilidades internacionais, consentindo em cooperar com o Tribunal Penal Internacional para os crimes cometidos em Ruanda”.

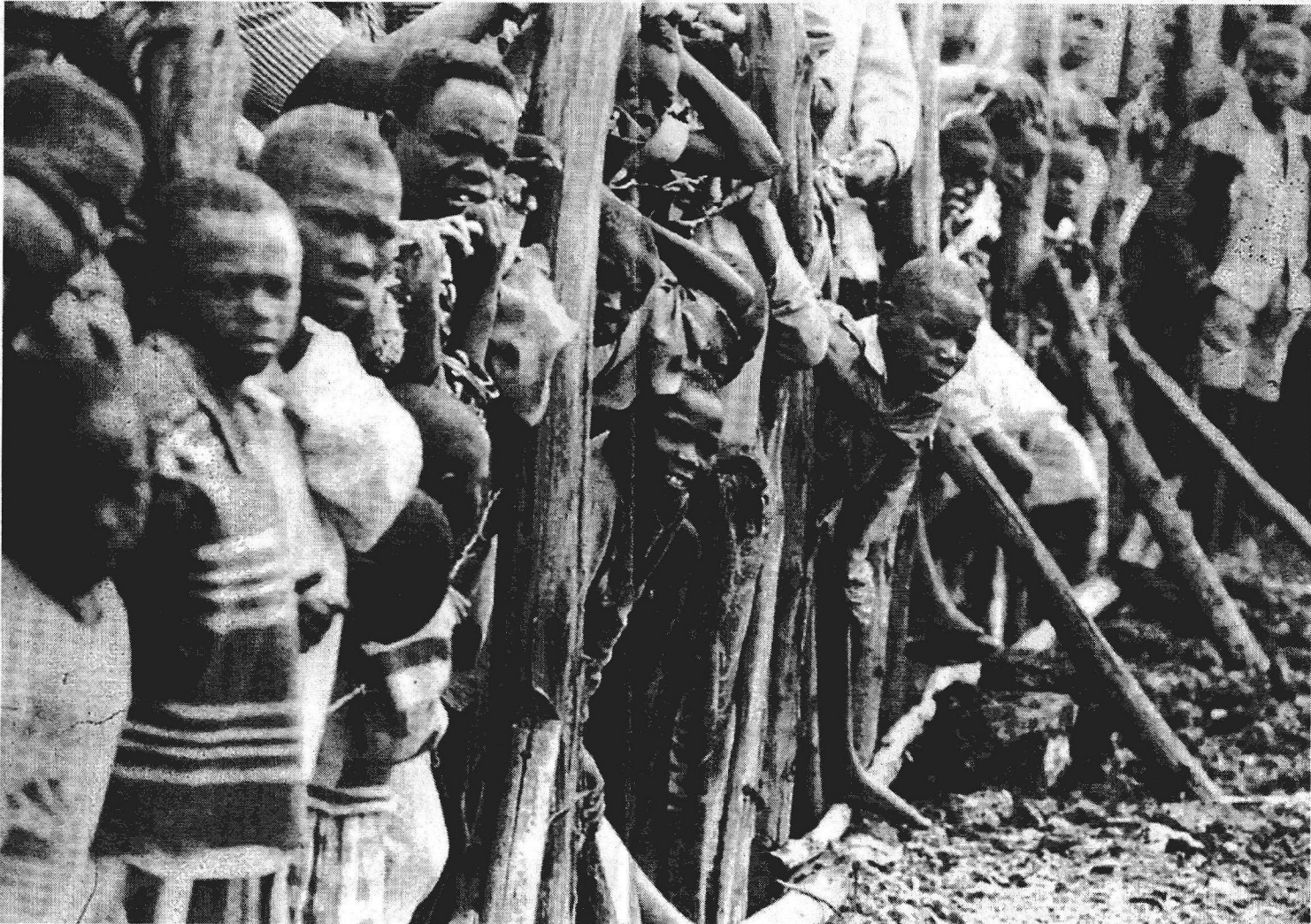
Até hoje, as autoridades italianas têm-se recusado a cumprir o mandado de prisão internacional contra o cidadão ruandense Sumba Bura, hoje com 39 anos, que também se identifica como Athanase Seromba, nome que usou antes de ser padre da Igreja Católica. O mandado resume quatro das mais graves acusações fartamente documentadas pela corte, que funciona em Arusha, na Tanzânia, contra o padre há muitos anos protegido pela cúria de Florença.

A diplomacia e o governo da Itália não são os únicos que se demonstram indiferentes e deixam sem respostas os pedidos de investigações e de licença para processar dom Atanasio Sumba Bura. Em 1999, a African Rights, organização criada para defender os povos e países da África contra violência e injustiças, fez chegar à Santa Sé uma carta pessoal ao papa João Paulo II em que documentava o desempenho cruel que o padre Sumba Bura teve nos genocídios de Ruanda. Até hoje, os dirigentes da African Rights continuam esperando uma resposta do Vaticano.

Proteção – A única explicação que a cúria florentina, verdadeiro organismo de governo das igrejas e dos sacerdotes católicos em atividade na cidade de Florença, forneceu para o repentino desaparecimento de dom Sumba Bura é a de que na verdade ele apenas está se protegendo do cerco e dos ataques que diariamente jornalistas italianos e europeus vêm fazendo contra aquela que já foi uma anônima e silenciosa igreja de bairro. Porta-vozes da cúria florentina acrescentam que sabem onde dom Sumba Bura se encontra, mas só o diriam às autoridades italianas ou do Vaticano. Negam enfim que o padre ruandense tenha fugido, e insistem em assegurar que ele continua à disposição da diocese: teria feito dó uma oportuna retirada estratégica.

Na tentativa de melhor explicar o verdadeiro significado do sumiço de dom Sumba Bura, o porta-voz do arcebispo de Florença, Riccardo Bigi, afirmou: “Dom Atanasio apenas pediu para ser protegido do assalto de jornalistas e fotógrafos. A diocese não quer escondê-lo dos juízes, mas só ajudá-lo, segundo os deveres de hospitalidade.”

AP – Goma, Ruanda, 21/11/95



Refugiados ruandenses num acampamento, mais de um ano depois dos massacres de 1994: história antiga de ódio interétnico